

Brasília, 29 de junho de 2026

Seleção

Sumário

Lauro Jardim - O Globo Online

Sexta-feira, 26 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Após perder direito à marca 'Pogust Goodhead', escritório britânico sofre novo revé... .. 3

Congresso em Foco

Sexta-feira, 26 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Inovação também precisa de segurança jurídica 4

Sebrae Notícias

Sexta-feira, 26 de junho de 2026 | ABPI

Micro e pequenos empresários participam de encontro sobre propriedade intelectua... .. 7

Após perder direito à marca 'Pogust Goodhead', escritório britânico sofre novo revés no caso Mariana



A disputa judicial em torno das indenizações do desastre de Mariana ganhou um novo capítulo. A Justiça Federal manteve a liminar que suspendeu uma série de cláusulas dos contratos do escritório inglês PGMBM Ltd. (antigo Pogust Goodhead) com atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.

Em decisão desta quinta-feira, o juiz da 5ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte rejeitou o pedido do escritório para derrubar a liminar concedida no ano passado e fixou multa diária de R\$ 50 mil, limitada inicialmente a R\$ 2,5 milhões, caso continue descumprindo a ordem de divulgar a decisão judicial aos clientes.

A liminar, agora mantida, apontou indícios de ilegalidade em diversas cláusulas contratuais. Entre elas, a que impedia os clientes de aderirem a acordos de indenização firmados no Brasil, a que obrigava os atingidos a resolverem eventuais disputas exclusivamente em Londres, por **arbitragem** e

sob a legislação inglesa, além de restringir a rescisão dos contratos e cobrar honorários até mesmo sobre indenizações obtidas por programas brasileiros.

Na decisão, a Justiça também afirmou haver indícios de publicidade abusiva por parte do PGMBM Ltd, que divulgou campanhas que desestimulavam a adesão ao Programa de Indenização Definitiva (PID) sem apresentar informações completas, transmitindo a impressão de que a ação coletiva movida na Inglaterra seria sempre mais vantajosa para os atingidos.

Ao manter a liminar, o juiz afirmou que a conduta da banca "parece violar a boa-fé processual e a dignidade da Justiça". A decisão ainda determina a abertura de procedimento para apurar eventual ato atentatório à dignidade da Justiça.

O magistrado também autorizou o ingresso de BHP e Vale como assistentes dos autores da ação civil pública, proposta pelo Ministério Público Federal, Ministérios Públicos estaduais e Defensorias Públicas.

No último dia 18, a Justiça de Minas Gerais concedeu liminar determinando que o PGMBM Ltd. cesse imediatamente o uso da marca "Pogust Goodhead" em todo o território nacional. Foi reconhecida a titularidade da marca pela Pogo Gestões e Serviços Corporativos Ltda., detentora do registro concedido pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, e destacado o risco de confusão ao público decorrente da utilização da marca por terceiros.

Inovação também precisa de segurança jurídica



Por Renata Abreu. Recomposição do prazo de patentes e fortalecimento do **INPI** podem ampliar a inovação, a segurança jurídica e a competitividade do país.

Em um mundo cada vez mais movido por tecnologia e conhecimento, o Brasil precisa decidir qual posição deseja ocupar: o de mero consumidor de inovação desenvolvida por outras nações ou o de protagonista na construção de soluções, pesquisa e desenvolvimento. Essa escolha passa, necessariamente, pela responsabilidade do Estado e pela capacidade do Congresso Nacional de modernizar o sistema brasileiro de **propriedade intelectual**.

Países que lideram a economia global compreendem que inovação não se constrói apenas com talento e capacidade científica, mas também com segurança jurídica, previsibilidade e instituições eficientes. Como parlamentar, vejo com preocupação o impacto que a lentidão no processo de concessão de patentes ainda provoca sobre pesquisadores, universidades, startups e empresas inovadoras no Brasil, e não posso ignorar as consequências negativas que esse cenário produz na esfera do desenvolvimento soberano, condenando o conhecimento gerado em nossas universidades a morrer no papel antes mesmo de ter a chance de mudar a vida dos brasileiros.

O Estado não pode ser um obstáculo para quem cria, desenvolve tecnologia e investe no futuro do país; e é justamente por isso que o Congresso Nacional precisa avançar na implementação de agendas pró-inovação: provisionando recursos para proteger invenções de ICTs e corrigindo as distorções no tempo de proteção das patentes no Brasil.

O que chamamos de PTA - em inglês, Patent Term Adjustment - é um mecanismo de recomposição de tempo das patentes. Falamos em recomposição justamente porque, na prática, o instrumento permite ajustar o prazo de vigência de uma patente somente quando o processo de análise demorar além do razoável, por razões atribuídas exclusivamente ao Estado. Trata-se de uma ferramenta já adotada por países que tratam a inovação como prioridade estratégica, como Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e integrantes da União Europeia.

Hoje, no Brasil, o longo período de espera pela análise no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** acaba consumindo parte dos 20 anos de proteção previstos em lei, desestimulando novos investimentos em inovação.² Quando as estruturas e processos falham, é dever das instituições corrigir os desequilíbrios provocados por essa ineficiência. Não é justo que o ônus recaia sobre quem investe em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A recomposição de tempo busca corrigir esse problema. Mais do que proteger direitos dos inovadores, trata-se de garantir um ambiente favorável ao desenvolvimento de novas tecnologias, à atração de investimentos e à transformação do conhecimento produzido no país em benefícios concretos para a sociedade. Especialmente as universidades, startups e indústrias nacionais precisam de fôlego, na forma de tempo e recursos, para que consigam escalar suas invenções até produtos.

O projeto de lei complementar 32/20263, de minha autoria, que recebeu parecer favorável na Comissão de Indústria da Câmara dos Deputados, segue essa direção quando propõe medidas estruturantes para o fortalecimento da **propriedade intelectual** no Brasil. O texto busca proteger o orçamento e forta-

lecer a atuação do **INPI**, garantir recursos voltados à manutenção de ativos estratégicos de **propriedade intelectual** e implementar mecanismos de recomposição de tempo das patentes em casos de demora excessiva provocada pelo próprio poder público.

Projeto em debate no Congresso propõe fortalecer o **INPI** e compensar atrasos na concessão de patentes causados pelo poder público. Magnific



Projeto em debate no Congresso propõe fortalecer o INPI e compensar atrasos na concessão de patentes causados pelo poder público. Projeto em debate no Congresso propõe fortalecer o INPI e compensar atrasos na concessão de patentes causados pelo poder público.

Mais do que um ajuste pontual, a proposta reconhece que **propriedade intelectual**, estrutura institucional e proteção de ativos estratégicos precisam ser tratados como uma política pública de Estado. Não basta exigir inovação do setor produtivo, das universidades e dos pesquisadores se o próprio poder público ainda falha em oferecer as condições necessárias para que esse conhecimento seja protegido, desenvolvido e transformado em valor para o país.

A proposta aproxima o Brasil de práticas já consolidadas nas economias mais inovadoras do mundo e reforça a importância de um ambiente regulatório eficiente, previsível e alinhado ao desenvolvimento tecnológico, enfrentando um problema histórico do país.

O Congresso Nacional tem a responsabilidade de enfrentar uma distorção histórica que há anos compromete a capacidade de inovação do país. O avanço do PLP 32/2026 não deve ser tratado como pauta restrita à **propriedade intelectual**, mas como parte de uma agenda estratégica de Estado voltada ao fortalecimento da competitividade brasileira. Em um cenário global marcado pela disputa por conhecimento, tecnologia e investimentos de alto valor agregado, o Brasil precisa demonstrar que está preparado para apoiar quem pesquisa, desenvolve e

transforma inovação em crescimento econômico.

Chamar a recomposição de tempo das patentes de privilégio é ignorar totalmente o verdadeiro problema dessa discussão. Permitir que a ineficiência do próprio Estado continue consumindo parte da proteção legal de quem dedicou anos à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação não pode ser normalizado. O que está sendo proposto nos projetos é um mecanismo proporcional, limitado e condicionado à comprovação de atraso excessivo causado pelo poder público.

O custo dessa ineficiência é alto. Quando o sistema regulatório falha, o país perde competitividade, reduz sua capacidade de atrair investimentos estratégicos e enfraquece sua posição em setores de alto valor agregado. Em um mundo movido por inovação e conhecimento, o Brasil precisa decidir se quer liderar esse processo ou continuar assistindo oportunidades migrarem para mercados mais preparados.

O debate sobre recomposição de tempo das patentes é, acima de tudo, uma discussão sobre o futuro que queremos construir para o Brasil. Inovação não nasce apenas da criatividade, mas também da capacidade do Estado de oferecer segurança e condições reais para que ideias se transformem em desenvolvimento.

Precisamos de um sistema de **propriedade intelectual** compatível com a dimensão e o potencial do nosso país. Valorizar a inovação é fortalecer a ciência, estimular investimentos de longo prazo, gerar empregos qualificados e ampliar a competitividade brasileira em setores estratégicos.

O Brasil não pode mais tratar inovação apenas como discurso enquanto mantém estruturas ultrapassadas que dificultam o avanço de quem pesquisa, investe e desenvolve tecnologia. Modernizar o sistema de **propriedade intelectual** é uma decisão política estratégica, e o momento de fazê-la é agora. Se queremos um país mais competitivo, tecnológico e preparado para os desafios do futuro, precisamos garantir segurança jurídica, previsibilidade e respeito às regras para quem transforma conhecimento em desenvolvimento.

O texto acima expressa a visão de quem o assina, não necessariamente do Congresso em Foco. Se você quer publicar algo sobre o mesmo tema, mas com um diferente ponto de vista, envie sua sugestão

de texto para .

Micro e pequenos empresários participam de encontro sobre propriedade intelectual em Rondonópolis



Evento vai abordar como a temática pode impulsionar a inovação, proteger ativos e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico

Por Assessoria de Imprensa do Sebrae/MT

Os micro e pequenos empresários da região Sudeste de Mato Grosso terão a oportunidade de ampliar seus conhecimentos durante o 24º Evento de Representações da **Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI - Seccional Mato Grosso)**. Com o tema "Introdução à **Propriedade Intelectual**: fundamentos e importância como fator impulsionador ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil", o encontro será realizado na próxima terça-feira (30 de junho), a partir das 9h, na unidade de Rondonópolis do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/MT).

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas por meio do link disponibilizado pelos organizadores.

O gerente da Regional Sudeste do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Mato Grosso (Sebrae/MT), Lucas Moreira, destaca que a iniciativa busca fortalecer o conhecimento sobre a

importância da **Propriedade Intelectual** para o desenvolvimento regional, incentivando a inovação e valorizando as produções autorais.

"A capacidade inventiva é um dos maiores potenciais da humanidade. A criação de um produto, uma empresa, uma marca, um software ou uma obra de arte é a materialização dessa habilidade que pode transformar realidades. O Sebrae Mato Grosso valoriza a criatividade e a inovação, e defende as produções autorais", ressalta.

A iniciativa integra as ações da **ABPI** no âmbito da Estratégia Nacional da **Propriedade Intelectual (ENPI)**, em parceria com a JETRO São Paulo, com o objetivo de disseminar o conhecimento sobre **Propriedade Intelectual** em diferentes regiões do país e incentivar a proteção dos ativos intelectuais.

Entre os palestrantes confirmados, estão Geraldo da Cunha Macedo, representante seccional da **ABPI** em Mato Grosso, presidente da Comissão Especial de **Propriedade Intelectual** da OAB Nacional e da Comissão de **Propriedade Intelectual** e Direito Autoral da OAB/MT; Fumiaki Sato, diretor de **Propriedade Intelectual** da JETRO São Paulo; e Evelyn Roboredo, advogada especializada em **Propriedade Intelectual** e consultora da **ABPI**.

O evento é resultado de uma parceria entre o Sebrae/MT, a **Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)**, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/MT), a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT) e a Comissão de **Propriedade Intelectual** e Direito Autoral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB/MT).

Índice remissivo de assuntos

ABPI	5
Marco regulatório INPI	1,2,3,4
Propriedade Industrial	1,2,3,4
Propriedade Intelectual	2,3,4,5